



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

COLABORADORES

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Otavio Ladeira de Medeiros

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-1680

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 7 – nº 1, janeiro de 2001. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, janeiro, 2001, vol. 7, nº 1.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN 1519-1680

1. Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2001, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,5 bilhões, cerca de 2,7% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional atingiu superávit de R\$ 3,2 bilhões (3,5% do PIB), enquanto que a Previdência Social e o Banco Central foram deficitários em R\$ 640,5 milhões (0,7% do PIB) e R\$ 30,3 milhões, respectivamente.

Em janeiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 2,5 bilhões, R\$ 1,0 bilhão superior ao obtido em janeiro do ano passado.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	Jan 2000	Dez 2000	Jan 2001
I. RECEITA TOTAL	18.501,3	25.618,8	22.688,5
I.1. Receitas do Tesouro	14.555,3	17.948,6	18.069,0
I.1.1 Receita Bruta	15.159,4	18.479,9	18.435,8
I.1.2. (-) Restituições	(532,6)	(459,6)	(314,1)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(71,7)	(52,8)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.946,0	7.670,2	4.619,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.377,5	3.619,0	4.357,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.123,8	21.999,8	18.330,9
IV. DESPESA TOTAL	13.597,4	23.852,4	15.773,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.407,9	6.725,7	5.883,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.671,8	9.715,0	5.260,0
IV.3. Custeio e Capital	3.517,7	7.411,8	4.629,7
IV.3.1. Despesas do FAT	315,0	430,9	423,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	24,7	380,1	207,2
IV.3.3. Outras Despesas	3.178,0	6.600,8	3.998,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.526,4	(1.852,6)	2.557,7
V.1. Tesouro Nacional	2.252,2	192,2	3.198,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(725,8)	(2.044,8)	(640,5)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,1)	(106,8)	(30,3)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.483,2	(1.959,4)	2.527,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,8%	-2,1%	2,7%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Jan2001/Jan2000	
Receitas	22,6%
Tesouro	24,1%
Previdência	17,1%
Transferências	29,0%
Receita Líquida	21,2%
Despesas	16,0%
Benefícios	12,6%
Pessoal	8,8%
Custeio e Capital	31,6%

O resultado primário do Governo Central nesse primeiro mês do ano foi R\$ 1,0 bilhão (70,4%) superior ao obtido em janeiro de 2000. Tal desempenho deveu-se, em grande medida, ao comportamento das receitas, as quais tiveram acréscimo nominal de R\$ 4,2 bilhões (22,6%) em relação àquele mês. O Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foram os itens de receita que mais cresceram. Em contrapartida, as transferências a estados e municípios, movidas pelo comportamento das transferências constitucionais (vinculadas ao IR e ao IPI), cresceram R\$ 980,1 milhões (29,0%). As despesas cresceram

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	22,4%	24,6%
Transferências	4,1%	4,7%
Receita Líquida	18,3%	19,9%
Despesa Total	16,5%	17,1%
Resultado Primário	1,8%	2,7%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	2,7%	3,5%
Previdência Social	-0,9%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	1,8%	2,7%

R\$ 2,2 bilhões (16,0%), com destaque para os gastos com custeio e capital, o que está associado, em boa medida, ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, pela qual o Tesouro Nacional, a partir de setembro do ano passado, passou a transferir mais recursos para a área da Saúde.

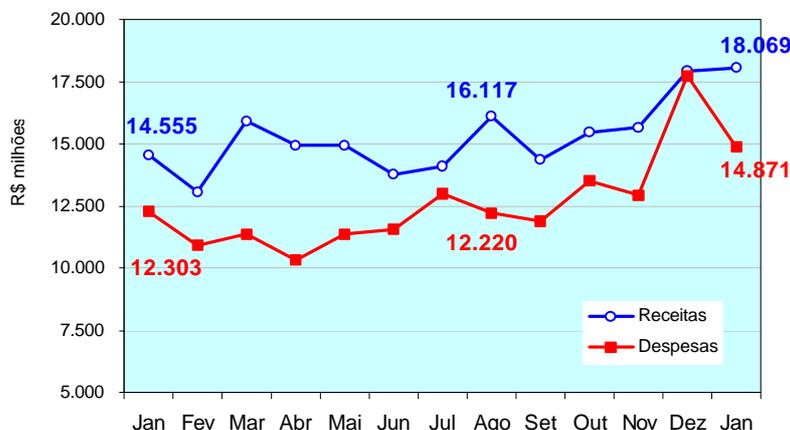
O déficit da Previdência Social foi inferior em 11,8% ao obtido em janeiro de 2000, o que representa uma redução de cerca de 0,2 ponto percentual do PIB. As receitas cresceram R\$ 673,6 milhões (17,1%), com destaque para a arrecadação do Simples, de depósitos judiciais e do Refis, contra o acréscimo de despesas com benefícios de R\$ 588,2 milhões (12,6%). Além do esforço de recuperação de receitas implementado pela Previdência, esse resultado pode ser explicado pela redução no ritmo de crescimento das concessões de benefícios.

Tesouro Nacional

Em janeiro, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 3,2 bilhões, superior em R\$ 945,9 milhões ao resultado de janeiro do ano passado.

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 3,2 bilhões, valor equivalente a 3,5% do PIB estimado. As receitas elevaram-se de R\$ 14,6 bilhões, em janeiro de 2000, para R\$ 18,1 bilhões, nesse mês, o que representa um acréscimo de cerca de 2,0 pontos percentuais do PIB. As despesas passaram de R\$ 12,3 bilhões para R\$ 14,9 bilhões, tendo crescido cerca de 1,2 ponto percentual do PIB. Desse incremento, metade coube ao item "transferências a estados e municípios", acompanhando o comportamento das receitas partilhadas. Os gastos com o item "custeio e capital" cresceram cerca de 0,7 ponto percentual do PIB, em grande medida devido ao aumento das transferências para a Saúde. Deve-se destacar, além disso, a redução das despesas com o item "pessoal e encargos" de aproximadamente 0,2 ponto percentual do PIB.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	17,7%	19,6%
Transferências	4,1%	4,7%
Despesas do Tesouro	10,8%	11,4%
Resultado Primário	2,7%	3,5%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,4 bilhões em janeiro, permanecendo praticamente no mesmo patamar da arrecadação obtida no mês de dezembro de 2000. A ocorrência de cinco semanas de fatos geradores, contra quatro no mês anterior, contribuiu positivamente na arrecadação dos tributos com apuração semanal, tais como a CPMF (9,5%) e o IOF (10,5%).

Adicionalmente, foram observados incrementos de R\$ 302,3 milhões no recolhimento do IRPJ e de R\$ 187,8 milhões na arrecadação da CSLL. Tais recolhimentos são referentes ao pagamento da primeira cota ou cota única desses tributos, incidentes sobre o resultado apurado no último trimestre do ano passado.

Por outro lado, houve diminuição no recolhimento dos seguintes tributos: i) IRRF-Rendimento do Trabalho (35,3%), devido à tributação do 13º salário no mês de dezembro; ii) IPI (30,1%), em decorrência do aquecimento sazonal das vendas no mês de dezembro; e iii) ITR (61,8%), explicado pelo recolhimento relativo a exercícios passados ocorrido no mês anterior.

Relativamente às demais receitas, merece destaque o ingresso de R\$ 643,9 milhões, referente à arrecadação de *royalties* pagos pela Petrobras, devidos pela produção e exploração de petróleo e gás natural. Esse recolhimento foi R\$ 425,4 milhões superior ao efetuado no mês anterior. Ademais, registrou-se o ingresso de R\$ 91,2 milhões recebidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), referentes a concessões para exploração de atividades petrolíferas.

A receita bruta do Tesouro Nacional fez aproximadamente 20,0% do PIB, sendo 1,4 ponto percentual superior à arrecadação de janeiro de 2000. Contribuiu para esse aumento o bom desempenho dos impostos, com crescimento de 0,8 ponto percentual do PIB. As contribuições sociais cresceram cerca de 0,5 ponto percentual do PIB.

Em relação a janeiro de 2000, a receita bruta do mês foi superior em R\$ 3,2 bilhões. Tal acréscimo está associado, principalmente, aos seguintes fatores: i) ocorrência de cinco semanas de fatos geradores, no mês de janeiro 2001, contra quatro semanas no mês de janeiro do ano anterior, refletindo na arrecadação dos tributos com apuração semanal, tais como IRRF (25,8%), IOF (58,2%) e CPMF (12,3%); ii) aumento de 13,9% na arrecadação do IPI, sendo que no caso do IPI incidente sobre automóveis houve acréscimo de 73,0% em relação a janeiro de 2000, refletindo o crescimento de 28,8% nas vendas de veículos leves no mercado interno; iii) aumento de 58,4% na receita advinda da

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em janeiro, as receitas do Tesouro atingiram o montante de R\$ 18,4 bilhões, permanecendo no mesmo patamar do mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação a janeiro de 2000

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,7%	9,5%
Imposto de Renda	6,1%	6,7%
IPI	1,6%	1,6%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	8,3%	8,8%
Cofins	4,1%	4,3%
CPMF	1,4%	1,4%
CSLL	0,8%	1,1%
Outras	2,0%	1,9%
Demais	1,4%	1,8%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,0%	0,0%
Concessões	0,1%	0,1%
Outras	1,3%	1,7%
Total Bruto	18,4%	20,0%

CSLL, como decorrência da maior lucratividade/faturamento das empresas, bem como da não permissão, a partir de janeiro de 2000 – com reflexo na arrecadação de fevereiro daquele ano - da compensação do adicional sobre a Cofins (conforme MP nº 2.113-27/2001), além da antecipação de parte do imposto devido na Declaração de Ajuste; iv) elevação do valor, em dólar, das importações, principalmente, de veículos, refletindo positivamente no imposto de importação (16,9%), em relação ao mês de janeiro do ano anterior; e v) aumento de 29,3% (aproximadamente R\$ 350,0 milhões), em relação a janeiro de 2000, no recolhimento do IRRF-Rendimentos do Capital, em decorrência de sua incidência sobre juros remuneratórios sobre capital próprio.

Por fim, as outras receitas do Tesouro apresentaram crescimento de 47,4% em relação a janeiro de 2000. As principais rubricas que apresentaram variação significativa foram: i) as receitas com taxas diversas e receitas parafiscais vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, com incremento de 13,1%, destacando-se o acréscimo de 51,8% na arrecadação do seguro obrigatório recolhido pelos proprietários de veículos (DPVAT); ii) a receita de *royalties* pagos pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), em decorrência da exploração e produção de petróleo e gás natural, com incremento da ordem de R\$ 336,0 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior; e iii) os recolhimentos das receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que em janeiro desse ano atingiram o montante de R\$ 122,9 milhões, sem correspondência em janeiro de 2000.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	1.127,6	1.647,7
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	0,0	0,2
Concessões	80,6	104,6
Outras	1.046,9	1.542,8

Boxe 1 – Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)

A Lei nº 9.998, de 17.08.2000, instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), com objetivo de aplicar recursos para garantir a universalização dos serviços de telecomunicações, por meio da implantação de acessos telefônicos individuais em áreas que beneficiam cidadãos menos favorecidos, deficientes físicos, estabelecimentos de ensino, bibliotecas, instituições de saúde, órgãos de segurança pública etc. O Fundo será formado com a contribuição mensal de 1% sobre o valor da receita operacional bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (operadoras de serviço telefônico fixo, operadoras de serviço móvel celular, prestadoras do serviço de TV por assinatura e das demais empresas prestadoras de serviços de telecomunicações). A primeira contribuição dessas empresas foi recolhida à Anatel no dia 12 de fevereiro e gerou uma arrecadação de R\$ 28,9 milhões. O Governo Federal espera arrecadar em 2001, com o Fust, a quantia de R\$ 1,0 bilhão.

Transferências a estados e municípios

As transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB quando comparadas a janeiro de 2000. Em termos nominais, houve aumento de 29,0%, o que corresponde a um acréscimo da ordem de R\$ 980,0 milhões no montante transferido àqueles entes da federação.

Destaca-se a evolução das transferências constitucionais, as quais atingiram R\$ 832,6 milhões no mês. Tais transferências cresceram 30,7% em relação a janeiro de 2000, condicionadas ao bom desempenho das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI). Os recursos distribuídos no mês decorrem da arrecadação verificada no período entre 21 de dezembro de 2000 e 20 janeiro deste ano. No caso do IR, ocorreu aumento de 22,7% no montante arrecadado e, no IPI, o acréscimo foi de 13,9% em relação a janeiro de 2000.

No que se refere aos repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, não se observou variação significativa, tendo atingido 0,3 ponto percentual do PIB, o mesmo patamar de janeiro de 2000. Essas transferências totalizaram R\$ 298,7 milhões em janeiro deste ano, contra R\$ 278,4 milhões em janeiro do ano passado.

Por fim, as demais transferências cresceram cerca de 0,1 ponto percentual do PIB. Em valores nominais, atingiram o montante de R\$ 517,5 milhões no mês, contra R\$ 390,7 milhões em janeiro de 2000. Destaque para os *royalties* da Petrobras (Lei nº 9.478/97), com acréscimo de R\$ 50,0 milhões, e para as transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação, as quais somaram R\$ 289,1 milhões em 2001, apresentando crescimento nominal de 48,6% em relação ao valor realizado em janeiro do ano passado.

As despesas do Tesouro Nacional caíram de R\$ 14,1 bilhões, em dezembro de 2000, para R\$ 10,5 bilhões, em janeiro de 2001. A maior queda correspondeu às despesas de custeio e capital, as quais passaram de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 4,6 bilhões no mês em análise. Cumpre destacar que estes gastos são sazonalmente mais elevados no último mês do ano.

Em janeiro, a folha com funcionalismo ficou R\$ 842,1 milhões inferior à de dezembro, quando foi efetuado o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos servidores da União, além de parte das despesas relativas a férias. Tal redução ocorreu a despeito do impacto no caixa do Tesouro Nacional, em janeiro, da quarta parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União, relativa ao período compreendido entre 1º de janeiro de 1993 e 30 de junho de 1998, conforme artigo 6º da MP nº 2.086-35/2001.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial, seguro-desemprego e demais despesas administrativas mantiveram-se praticamente constantes. Os gastos com subsídios e subvenções econômicas, no entanto, apresentaram redução de R\$ 172,9 milhões, com destaque para os gastos com subsídios no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,3%	3,8%
Desoneração do ICMS	0,3%	0,3%
Demais	0,5%	0,6%
Total	4,1%	4,7%

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	194,6	289,1
Royalties Lei 9478	106,4	156,4
Fundef	40,5	-
Outras	49,1	72,0
Total	390,7	517,5

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

As despesas com custeio e capital caíram R\$ 2,8 bilhões de dezembro de 2000 a janeiro de 2001.

(Proex), os quais apresentaram diminuição de R\$ 213,0 milhões em relação a dezembro de 2000, como decorrência do grande fluxo de exportações financiadas naquele mês.

Despesas do Tesouro em relação janeiro de 2000

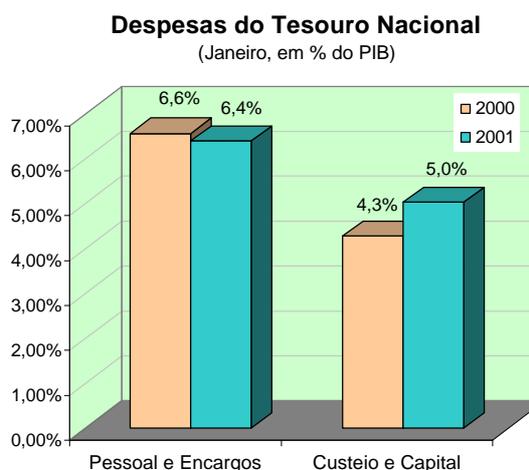
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	6,6%	6,4%
Custeio e Capital	4,3%	5,0%
Despesas do FAT	0,4%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,0%	0,2%
Outras	3,9%	4,3%

As despesas do Tesouro Nacional atingiram cerca de 11,4% do PIB, ficando aproximadamente 0,6 ponto percentual acima daquelas verificadas em janeiro de 2000, com destaque para o incremento dos gastos com custeio e capital em 0,7 ponto percentual do PIB. A despesa com pessoal e encargos caiu cerca de 0,2 ponto percentual do PIB, apesar do acréscimo associado ao realinhamento salarial e à reestruturação de carreiras do funcionalismo público, ocorridos ao longo do ano passado.

O crescimento nas despesas de custeio e capital deveu-se, em boa medida, ao incremento na liberação de recursos, a partir de setembro de 2000, com vistas ao pagamento de despesas de custeio das ações em serviços básicos de saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, com a qual foram definidos valores mínimos para aplicação de recursos em saúde pública. Essas liberações perfizeram R\$ 1,8 bilhão, em janeiro de 2001, contra R\$ 1,3 bilhão, verificadas em janeiro de 2000.

Por outro lado, cabe destacar também que, em função da não aprovação do Orçamento de 2000 até abril daquele ano, as liberações para custeio e capital obedeceram, nos primeiros meses, à regra do duodécimo, o que não se verificou em relação ao Orçamento de 2001.

O acréscimo de 0,7 ponto percentual do PIB nas despesas de custeio e capital deveu-se às maiores liberações para a Saúde e à aplicação da regra do duodécimo na execução do orçamento até abril de 2000.



As despesas com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 207,2 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 182,5 milhões em relação às ocorridas em janeiro de 2000. Cabe destacar que o incremento ocorreu tanto nas despesas com subsídios à agricultura quanto nos direcionados às exportações, as quais, no conjunto, passaram de R\$ 22,8 milhões, em janeiro de 2000, para R\$ 100,7 milhões, em janeiro de 2001. Registra-se que os menores gastos com o Proex, em janeiro de 2000, refletem as alterações implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para o custeio do programa, por meio da MP nº 1.974/2000 (atual Lei nº 10.179/2001). Em janeiro de 2001, essas despesas totalizaram R\$ 55,5 milhões.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	21,4	45,2
Custeio Agropecuário	13,7	15,1
Investimento Rural	-	-
Preços Agrícolas	(12,2)	(6,2)
- EGF	0,5	0,2
- AGF	(14,9)	(24,4)
- Sustentação de preços	2,2	18,0
Pronaf	19,9	36,2
PESA	-	-
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	1,3	55,5
Proex	1,3	55,5
Total	22,8	100,7

Em janeiro, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 640,5 milhões, contra R\$ 2,0 bilhões ocorrido em dezembro de 2000, este último refletindo o pagamento do 13º salário aos beneficiários. A arrecadação líquida teve uma redução nominal de 39,8%, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) recolhimento da contribuição incidente sobre o 13º salário, em dezembro; ii) repasse, em janeiro, das contribuições recolhidas sobre o 13º salário do ano de 2000, relativas às transferências a terceiros (SESI, SENAI, SESC e outros); e iii) ingressos, em dezembro de 2000, de receitas decorrentes de leilão de Certificados da Dívida Pública/INSS (CDP), em Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E), no âmbito do Fies, além de depósitos judiciais e outras receitas cerca de R\$ 61,7 milhões acima da verificada em janeiro de 2001.

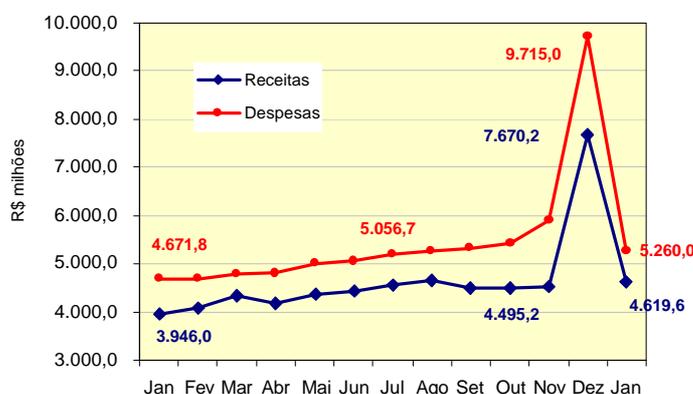
Previdência Social

O déficit do RGPS em janeiro foi de R\$ 640,5 milhões, equivalente a 0,7% do PIB estimado para o período.

Merece destaque o fato de que, em janeiro deste ano, não foram efetuados pagamentos de precatórios de benefícios previdenciários, o que explica a menor despesa daquela rubrica em relação à verificada nos quatros últimos meses de 2000, expurgado o efeito do 13º em novembro e em dezembro.

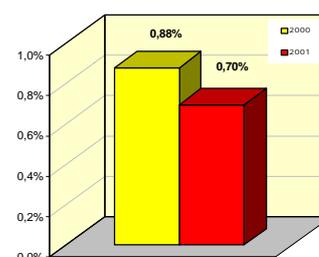
Receitas e Despesas da Previdência Social

Brasil, 2000/2001



Déficit da Previdência Social

Janeiro (% PIB)
Brasil, 2000/2001



RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,8%	5,0%
Benefícios	5,7%	5,7%
Resultado Primário	-0,9%	-0,7%

O déficit primário da Previdência Social atingiu cerca de 0,7% do PIB, 0,2 ponto percentual abaixo do verificado em janeiro de 2000. Apesar do incremento nas despesas com benefícios previdenciários, em decorrência do aumento do valor médio destes, como reflexo do reajuste do salário mínimo e dos benefícios pagos, a redução do déficit pode ser atribuída às medidas adotadas ao longo de 2000 com vistas à recuperação de créditos previdenciários, além dos efeitos da reforma da Previdência Social, que tem contribuído para a redução da taxa de crescimento da quantidade de benefícios concedidos.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 233,9 bilhões no mês de janeiro, correspondente a 21,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Com isso, a dívida líquida situou-se 0,1 ponto percentual do PIB abaixo do saldo de dezembro. A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

A dívida líquida do Tesouro Nacional fechou o primeiro mês do ano em 21,6% do PIB, 1,1 ponto percentual abaixo do saldo de janeiro de 2000.

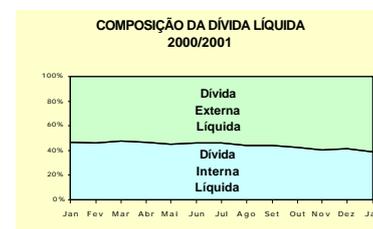
TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000/2001

	(R\$ milhões)		
	2000		2001
	Nov	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	93.659	95.985	91.650
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	425.947	426.926	426.911
Dívida Contratual da STN	-256.799	-254.837	-256.927
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-75.489	-76.104	-78.334
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	135.948	137.181	142.277
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	103.813	105.519	109.393
Títulos Depositados em Garantia	-4.590	-4.675	-4.687
Dívida Contratual	37.711	37.275	38.482
Disponibilidades	-986	-938	-911
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	229.607	233.166	233.928
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,5%	21,7%	21,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em termos nominais, a dívida líquida apresentou pequeno acréscimo em relação ao saldo do mês anterior, devido à elevação da dívida externa ocasionada pelas emissões dos bônus Global 2006 e Euro 2011 no mercado internacional e pela variação cambial no mês.

Conforme pode-se observar no gráfico ao lado, em janeiro do ano passado a dívida externa correspondia a 53,2% do dívida líquida do Tesouro Nacional, passando a compor 60,8% no mês em análise. Tal fato se deve às novas emissões no mercado internacional ocorridas ao longo de 2000 aliadas à desvalorização do câmbio ocorrida no período.



Conforme demonstrado na tabela 3 abaixo, a dívida interna líquida diminuiu 0,1 ponto percentual do PIB em relação a dezembro. Tal queda se deve ao crescimento dos haveres contratuais, em especial, dos fundos, autarquias e fundações, e aos resgates líquidos da dívida mobiliária, de R\$ 6,3 bilhões, ocorridos no mês. No caso do Tesouro Nacional, o crescimento dos

***Dívida Interna
Líquida***

haveres líquidos decorreu, principalmente, da apropriação de juros e atualizações monetárias sobre seus saldos. No que se refere aos saldos dos fundos, autarquias e fundações, seu acréscimo deve-se ao aumento das disponibilidades do FAT e das demais entidades.

Em janeiro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado foi de R\$ 91,6 bilhões, R\$ 4,3 bilhões abaixo do registrado no mês anterior.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001
	Nov	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	93.659	95.985	91.650
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	425.947	426.926	426.911
DPMF	397.808	398.863	399.959
Dívida Securitizada	25.528	25.512	24.421
TDA	2.610	2.551	2.531
DÍVIDA CONTRATUAL	-332.288	-330.941	-335.261
<i>Tesouro Nacional</i>	-256.799	-254.837	-256.927
Dívida Bancária	40.317	40.343	40.271
Lei nº 7.976/89	-10.324	-10.058	-10.024
Lei nº 8.727/93	-44.441	-44.483	-44.425
Lei nº 9.496/97	-136.014	-136.731	-137.915
Renegociação Dívida Municipais	-18.000	-18.100	-18.275
Demais Haveres da STN	-88.337	-85.809	-86.558
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-75.489	-76.104	-78.334
FAT	-53.248	-53.603	-55.475
Demais Entidades	-22.241	-22.501	-22.859
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	39,8%	39,7%	39,4%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,1%	-30,8%	-30,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,0%	-23,7%	-23,7%

Foram resgatados liquidamente R\$ 6,3 bilhões da dívida mobiliária, sendo R\$ 2,4 bilhões em LTN, R\$ 453,0 milhões em LFT e R\$1,4 bilhão em Dívida Securitizada.

Em janeiro, houve resgate líquido de R\$ 6,3 bilhões da dívida mobiliária total, sendo que R\$ 4,9 bilhões referem-se à dívida pública mobiliária federal interna em mercado e R\$ 1,5 bilhão à dívida securitizada. O pequeno crescimento do estoque da DPMFi, em relação ao mês anterior, deveu-se à apropriação dos juros nominais, que excederam em R\$ 1,2 bilhão o montante total resgatado em seu estoque.

Vale destacar a redução de 29,0% no estoque da dívida securitizada em relação a janeiro de 2000. Tal queda decorreu dos seguintes fatores: (i) resgates de títulos em decorrência, principalmente, dos leilões de troca por NTN-C e CDP; (ii) diminuição das emissões de novos créditos securitizados, em virtude da utilização de Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT) para as novas securitizações, em continuidade ao processo de padronização dos instrumentos financeiros.

Durante o mês, o Tesouro Nacional fez emissões de LTN com prazos de 6, 12, 18 e 27 meses, nos montantes de R\$ 1,8 bilhão, R\$ 7,3 bilhões, R\$ 4,0 bilhões e R\$ 700,0 milhões, respectivamente. As emissões de LFT foram de 4 e 5 anos, nos montantes de R\$ 6,5 bilhões e R\$ 3,3 bilhões.

É importante destacar a emissão de NTN-C com prazo de 30 anos no montante de R\$ 4,8 bilhões, sendo R\$ 4,2 bilhões objeto de troca por LFT-B e R\$ 600 milhões por CFT-A.

Esse leilão ocorreu nos dias 27 e 28 de dezembro de 2000 (liquidação financeira no dia 1º de janeiro). A remuneração desse título, indexado ao IGP-M, foi de 10,97% ao ano e a demanda pelos títulos foi expressiva, tendo sido constituída, em sua maior parte, por fundos de previdência privada, cujas metas atuariais estão indexadas ao IGP-M.

A operação proporcionou alongamento do prazo médio em 91,4 meses (*duration*) e uma economia da ordem de R\$ 194,0 milhões nos valores presentes dos fluxos financeiros.

Emissões e Resgates

Boxe 2 – NTN-C de 30 anos

No início de janeiro o Tesouro Nacional efetuou a liquidação financeira do primeiro leilão de NTN-C (títulos remunerados pelo IGP-M) com prazo de vencimento de 30 anos, a uma taxa de 10,97% a.a.. Foram vendidos R\$ 4,8 bilhões, com uma demanda total de R\$ 14,2 bilhões.

Este foi o título de maturação mais longa ofertado em leilão pelo Tesouro Nacional. Com esse leilão, o governo brasileiro criou mais um ponto na estrutura a termo de taxa de juros dos títulos remunerados a índices de preços, passando a ter títulos em mercado de três, cinco, sete e trinta anos.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Jan/2001

(R\$ milhões)			
Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	23.678	5.674	29.352
LFT	9.728		9.728
LTN	13.940		13.940
Demais	10	5.674	5.684
II. Resgates	26.609	7.611	34.220
LFT	10.181		10.181
LTN	16.346		16.346
Demais	82	7.611	7.693
III. Valor líquido (I-II)	-2.931	-1.937	-4.868
TDA			
I. Emissões		7	7
II. Resgates		36	36
III. Valor líquido (I-II)		-29	-29
Securitizados			
I. Emissões		21	21
II. Resgates		1.469	1.469
III. Valor líquido (I-II)		-1.448	-1.448
Total			
I. Emissões	23.678	5.702	29.380
II. Resgates	26.609	9.117	35.726
III. Valor líquido (I-II)	-2.931	-3.415	-6.346

Obs.: Os resgates não financeiros referem-se a cancelamentos de títulos aceitos em operações de troca e resgates de títulos decorrentes de emissões diretas.

No mês, houve resgate líquido de R\$ 6,3 bilhões no total da dívida mobiliária interna em mercado.

Foram emitidos, no mês, NTN-C de 30 anos, LFT com o prazo de até 48 meses e LTN com prazo de até 27 meses.

As emissões diretas totalizaram R\$ 866,8 milhões, entre as quais, destacam-se: i) R\$ 754,0 milhões de CFT-A junto à Caixa Econômica Federal para quitação de obrigações decorrentes do Voto CMN nº 44/76 (que trata do ressarcimento de diferencial de encargos e receitas de aplicações de operações externas entre o extinto Banco Nacional de Habitação - BNH, sucedido pela Caixa Econômica Federal, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) e do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS; e ii) R\$ 41,6 milhões de LFT-B para assunção de dívida do Estado de Santa Catarina, no âmbito da Lei 9.496/97.

Do total de resgates não-financeiros ocorridos no mês, R\$ 5,0 bilhões decorreram das operações de troca, dos quais R\$ 4,8 bilhões na troca por NTN-C de 30 anos, e o restante corresponde ao pagamento de títulos emitidos por meio de colocações diretas.

Composição

Os efeitos da estratégia do Tesouro Nacional de aumentar a participação dos títulos prefixados na dívida mobiliária total em mercado ficaram evidentes no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2001, tendo tal participação aumentado de 10,9% para 17,6%. Por sua vez, os títulos remunerados pela taxa Selic e pelo câmbio tiveram, nesse mesmo período, sua participação reduzida de 66,5% e 10,3% para 62,5% e 6,36%, respectivamente.

A participação dos títulos prefixados na dívida mobiliária total passou de 10,9% em janeiro de 2000, para 17,6% no mês em análise.

Quanto à composição do estoque da DPMFi em mercado, observou-se no mês um aumento de 1,3 ponto percentual na participação dos títulos vinculados a índices de preços, em função do incremento no estoque de NTN-C. Os títulos prefixados (LTN) e aqueles referenciados à taxa Selic (LFT) apresentaram redução na sua participação em 0,4 e 0,6 ponto percentual, respectivamente.

Relativamente à dívida securitizada, observa-se que a parcela da dívida remunerada pela taxa Selic, que mantinha-se estável nos últimos meses, sofreu uma redução de 4,5 pontos percentuais devido ao volume elevado de resgates em janeiro dos títulos com essa característica. Da mesma forma, os títulos remunerados pelo IGP-DI e TR tiveram sua participação elevada em aproximadamente 2,6 e 2,0 pontos percentuais, respectivamente.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2000/2001

Indexador	Em %		
	2000		2001
	Jan	Dez	Jan
I. DPMF			
Selic	70,7	65,7	65,2
Câmbio	11,1	7,1	6,7
Prefixados	11,7	18,9	18,5
Índices de Preços	2,8	4,8	6,2
TR	3,5	3,4	3,4
Outros	0,1	0,0	0,0
II. SECURITIZADOS			
Selic	14,0	13,6	9,1
Índices de Preços	56,0	53,9	56,5
TR	28,0	30,5	32,4
Outros	2,0	2,1	2,0
III. TDA (TR)			
	100,0	100,0	100,0
III. TOTAL			
Selic	66,5	62,7	62,5
Câmbio	10,3	6,7	6,4
Prefixados	10,9	17,9	17,6
Índices de Preços	6,7	7,3	8,6
TR	5,3	4,8	4,1
Outros	0,3	0,1	0,1



O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado atingiu, em janeiro, 15,8% a.a., contra 15,4% a.a. no mês anterior. Essa elevação pode ser explicada, principalmente, pela desvalorização cambial ocorrida no mês (0,8%).

É importante observar que o custo médio, tanto das LTN quanto das LFT, manteve trajetória de queda. Como demonstra a tabela 6 a seguir, o custo médio das LTN, que era de 18,1% a.a. em dezembro de 2000, passou para 17,7% a.a. em janeiro, e o das LFT, caiu de 16,2% a.a. para 15,5% a.a..

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL, 2000/2001

Título	Em % anual		
	2000		2001
	Jan	Dez	Jan
DPMF	18,16	15,59	16,02
LTN	14,30	18,10	17,71
LFT	19,00	16,19	15,49
NTN-C	51,11	21,58	19,92
NTN-D	23,43	12,01	25,14
Demais	17,76	14,96	14,21
Total DPMFi - Oferta Pública	18,72	16,57	16,67
Dívida Securitizada	19,14	12,38	13,29
TDA	8,86	7,33	7,84
Total	18,15	15,38	15,84

O custo médio das LTN caiu de 18,1% a.a. em dezembro para 17,7% a.a. em janeiro.

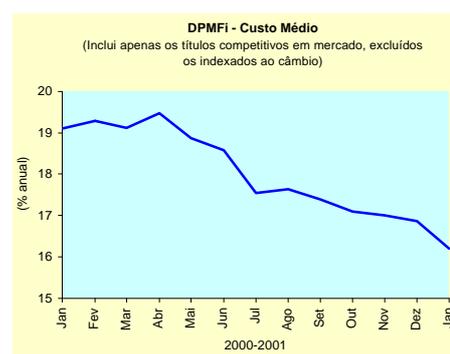
Conforme pode ser observado na tabela 7, o custo médio da DPMFi em mercado, excluídos os títulos indexados ao câmbio, tem mantido a tendência de declínio observada em 2000, tendo passado 16,21% a.a. em dezembro de 2000 para 15,66% a.a. em janeiro de 2001. Da mesma forma, o custo médio dos títulos emitidos por meio de oferta pública reduziu-se de 16,86% a.a. em dezembro de 2000 para 16,20% a.a. em janeiro de 2001.

O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo-se os cambiais, continua em trajetória de queda, passando de 16,21% a.a. em dezembro, para 15,66% a.a. no mês em análise.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

PERÍODO		(% anual)			
		TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
2000	Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
	Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
	Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
	Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
	Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
	Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
	Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
	Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
	Set	17,09	18,01	17,38	16,74
	Out	16,80	20,96	17,09	20,83
	Nov	16,45	19,35	17,00	19,56
	Dez	16,21	15,59	16,86	16,57
2001	Jan	15,66	16,02	16,20	16,67

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



O declínio do custo médio da dívida mobiliária em mercado tem sido reflexo da evolução do mercado de juros, que tem sido influenciado positivamente pela melhora nos cenários interno e externo. Internamente, destacam-se a progressiva consolidação do quadro fiscal e a queda na meta da taxa Selic, passando de 15,75% para 15,25% ao ano e, no âmbito internacional, a redução da taxa dos *Fed Funds* nos Estados Unidos de 6,5% para 6,0% ao ano.



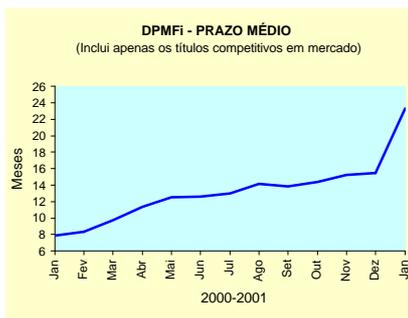
Os fatos acima destacados tiveram influência direta na redução das taxas dos leilões do Tesouro em janeiro, quando a taxa média da LTN de 12 meses recuou de 16,68% ao ano (02/01) para 15,45% ao ano (30/01), e a taxa média da LTN de 18 meses decresceu para 15,61% ao ano no último leilão do mês, ante 16,47% ao ano em 9 de janeiro, conforme gráfico ao lado. Deve-se ressaltar, adicionalmente, as demandas expressivas para os títulos prefixados ao longo do mês, evidenciando a confiança dos investidores em relação à condução da política econômica.

Paralelamente à queda do custo médio dos títulos da DPMFi, observou-se o crescimento de seu prazo médio, sendo que para aqueles colocados em oferta pública tal indicador alcançou em janeiro 23,3 meses, contra 15,5 meses em dezembro de 2000. O prazo médio da dívida mobiliária total em mercado também aumentou, tendo atingido 40,31 meses, em janeiro de 2001, representando um alongamento de 5,37 meses em relação ao mês anterior.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000-2001 (meses)

Título	2000		2001
	Jan	Dez	Jan
DPMFi	27,14	32,03	37,59
LTN	2,53	5,08	6,70
LFT	18,18	27,41	28,71
NTN-C	72,44	99,52	104,02
NTN-D	93,72	66,79	129,05
Demais	91,17	81,27	80,70
Total DPMFi - Oferta Pública	7,69	15,47	23,30
TDA	59,00	46,63	49,52
Dívida Securitizada*	157,32	88,47	93,51
Total	36,90	34,94	40,31

(*) Não inclui dívida agrícola.



O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública aumentou de 15,5 meses, em dezembro para 23,3 meses, em janeiro.

A elevação do prazo médio da dívida mobiliária do Tesouro Nacional é reflexo direto da emissão de NTN-C de 30 anos e LTN de 18 meses, estas tendo sido ofertadas regularmente ao longo do mês. Além disso, pela primeira vez, o Tesouro Nacional vendeu, em 24 de janeiro, por meio de leilão de oferta firme, título prefixado com prazo de vencimento de 26,5 meses. Também foram emitidas, a partir de 23 de janeiro, LFT com prazo de 5 anos.

No mês de janeiro, o saldo devedor da dívida externa cresceu nominalmente 3,67% (R\$ 3.876 milhões) em relação a dezembro de 2000. Expurgando-se a variação cambial ocorrida no mês, o acréscimo do saldo devedor em dólar foi de 2,69% (US\$ 1.962 milhões), variação inferior ao montante das duas emissões ocorridas no mês: i) US\$ 1,5 bilhão do Global 2006 e ii) US\$ 951,5 milhões do Euro 2011.

Cabe ainda mencionar o registro, no mês, relativo ao pagamento do IDU (US\$ 826,3 milhões), com data de vencimento em 1º de janeiro, cuja movimentação financeira ocorreu no final de dezembro, fato que amenizou o crescimento da dívida externa no mês de janeiro em relação ao mês anterior.

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001 (R\$ milhões)

	2000		2001
	Jan	Dez	Jan
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	89.551,43	105.519,27	109.393,34
Bônus de Renegociação	59.371,86	51.776,77	50.562,25
Bônus de Captação	30.179,57	53.742,50	58.831,10
II. DÍVIDA CONTRATUAL	33.277,21	37.274,75	38.482,22
Organismos Multilaterais	12.707,89	16.669,46	17.839,97
Bancos Privados/Ag. Governamentais	5.889,71	6.698,25	6.748,76
Clube de Paris	14.679,60	13.907,04	13.893,50
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.535,76	-4.674,89	-4.686,82
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-807,91	-938,25	-911,42
V. TOTAL (I+II+III+IV)	117.484,96	137.180,88	142.277,33
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,1%	12,8%	13,1%

Em janeiro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de 13,1% do PIB.

Foram emitidos, no mês, US\$ 1,5 bilhão em bônus Global 2006 e US\$ 951,5 milhões em Euro 2011.

O bônus Global 2006 foi emitido em 04 de janeiro, no montante de US\$ 1,5 bilhão, com prazo de maturação de 5 anos, cupom nominal de 10,25% a.a. e *spread* da emissão de 570 *basis points* acima de título de prazo equivalente do Tesouro americano. O título foi bem aceito no mercado, tendo a demanda alcançado US\$ 2,2 bilhões.

A emissão do título em euros foi realizada em 09 de janeiro, no montante de EUR 1,0 bilhão (US\$ 951,5 milhões) e prazo de maturação de 10 anos (vencimento em 24 de janeiro de 2011). O título, com cupom nominal de 9,5% a.a., foi vendido com *spread* de 517,5 *basis points* sobre título de prazo equivalente do Tesouro alemão.

Outro fator que também contribuiu para o aumento da dívida externa foi a liberação da terceira parcela do empréstimo do Banco Mundial, associado a ações de políticas para consolidação do ajuste fiscal, no montante de US\$ 418,0 milhões.

Foram pagos, no mês, R\$ 616,1 milhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Quanto à execução financeira do mês de janeiro, foram pagos R\$ 616,1 milhões relativos a principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 339,2 milhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 169,0 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 107,9 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

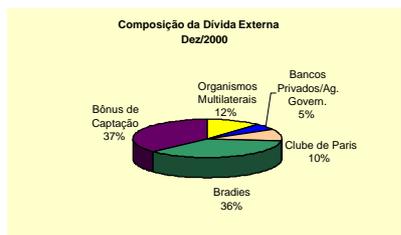
**TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Jan/2001**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	109,5	506,6	616,1
I.1. Organismos Multilaterais	34,1	134,9	169,0
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	75,4	32,5	107,9
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	339,2	339,2
Global 2006	0,0	45,4	45,4
Euro 2011	0,0	59,1	59,1
BIB (Pagamento Complementar)	0,0	0,5	0,5
Global 2020	0,0	123,9	123,9
Global 2007	0,0	110,3	110,3

Composição

Com as emissões realizadas no mês e o resgate do IDU, a participação dos bônus da dívida renegociada (*bradies*) no total da dívida mobiliária externa foi reduzida em 2,0 pontos percentuais em relação ao mês de dezembro de 2000. A participação dos bônus de captação, por sua vez, aumentou 3,0 pontos percentuais, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo.



A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa continua apresentando tendência de queda.

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se de 15,04 anos, em dezembro de 2000, para 14,84 anos, em janeiro de 2001. Tal redução foi influenciada pelo fato de as duas emissões realizadas no mês possuírem prazos inferiores a 15 anos. Entretanto, foi verificado um aumento do prazo médio dos bônus de renegociação em decorrência do resgate do IDU.

Custo e Prazo Médios

O custo médio dos bônus de captação caiu de 10,53% a.a., em dezembro, para 10,49% a.a. em janeiro. A razão é que o Global 2006 e o Euro 2011 foram emitidos com taxa de juros – de 10,25% e 9,5%, respectivamente – inferiores aos custos médios dos estoques dos Globais e Euros em dezembro - de 11,32% e 9,92%, respectivamente.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Jan	Dez	Jan
Prazo Médio (anos)	13,08	15,04	14,84
Bônus de Renegociação	14,01	13,58	13,93
Bônus de Captação	11,25	16,45	15,62
Globais	13,94	21,34	20,08
Euros	5,60	5,45	6,04
Demais	5,05	3,98	3,90
Custo Médio (% a.a.)	7,85	9,07	9,12
Bônus de Renegociação	6,44	7,54	7,53
Bônus de Captação	10,62	10,53	10,49
Globais	11,34	11,32	11,24
Euros	9,98	9,92	9,86
Demais	6,95	6,01	6,02

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. RECEITA TOTAL	18.501,3	17.152,1	20.219,9	19.120,1	19.316,7	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.688,5
I.1. Receitas do Tesouro	14.555,3	13.069,1	15.886,6	14.950,7	14.944,5	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.069,0
I.1.1 Receita Bruta	15.159,4	13.305,5	16.239,1	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.435,8
- Impostos	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7
- Contribuições	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5
- Demais	1.127,6	883,0	1.237,2	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.647,7
I.1.2. (-) Restituições	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(314,1)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(52,8)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.946,0	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.377,5	3.185,1	3.412,3	3.382,2	3.446,3	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6
II.1. Transferências Constitucionais	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4
II.2. Lei Complementar 87/96	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7
II.3. Demais	390,7	370,7	421,9	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.123,8	13.967,1	16.807,6	15.737,9	15.870,4	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.330,9
IV. DESPESA TOTAL	13.597,4	12.412,0	12.734,3	11.742,0	12.903,7	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.852,4	15.773,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.407,9	4.282,3	4.196,2	4.062,0	4.194,0	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.883,6
IV.1.1. INSS	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	309,0
IV.1.2. Demais	5.135,7	4.013,7	3.962,2	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.574,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.671,8	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0
IV.3. Custeio e Capital	3.517,7	3.459,0	3.756,7	2.869,3	3.714,3	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.411,8	4.629,7
IV.3.1. Despesa do FAT	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	423,8
- Abono e Seguro Desemprego	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7
- Demais Despesas do FAT	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	24,7	101,1	267,3	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	380,1	207,2
- Operações Oficiais de Crédito	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7
- Subvenções aos Fundos Regionais	2,0	52,9	83,9	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	51,0	106,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.178,0	2.921,0	2.835,9	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.998,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.526,4	1.555,1	4.073,3	3.995,9	2.966,7	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	(1.852,6)	2.557,7
V.1. Tesouro Nacional	2.252,2	2.142,7	4.521,3	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	192,2	3.198,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(640,5)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,1)	(62,0)	(49,2)	(43,0)	(82,2)	59,8	(55,2)	(24,2)	0,3	(45,7)	(26,1)	(106,8)	(30,3)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.483,2	1.493,1	4.024,1	3.952,9	2.884,5	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	(1.959,4)	2.527,4
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(338,2)	888,6	927,9	(1.783,8)	305,2	151,3	37,0	1.379,9	142,9	(2.510,8)	694,2	(613,5)	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.145,0	2.381,7	4.952,0	2.169,1	3.189,7	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	(1.481,3)	2.010,0	(2.572,9)	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,4)	(7.998,9)	(6.330,2)	(3.102,5)	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(1.740,7)	(980,7)	2.015,2	(4.750,3)	(3.358,7)	(1.490,4)	(2.285,2)	(1.295,8)	(1.157,9)	(9.480,2)	(4.320,2)	(5.675,4)	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	12.008,9	13.418,2	15.766,5	14.675,5	14.487,0	14.584,9	12.814,6	14.983,9	14.353,9	15.349,3	16.982,0	20.193,0	14.184,9
I.1 - Recolhimento Bruto	11.203,4	12.773,3	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)	(71,7)	(52,8)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	396,8	512,7	605,3	934,7	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	596,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	475,9	256,4	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	558,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,3	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9
II. DESPESAS	12.085,7	12.755,8	13.321,3	14.603,1	14.710,3	15.947,2	14.527,7	16.574,4	13.968,5	18.881,9	16.465,3	20.638,1	17.079,4
II.1 - Liberações Vinculadas	4.180,8	3.948,4	3.402,5	3.282,1	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.363,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.881,0	2.770,2	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	155,5	216,9	132,4	130,3	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	196,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4
II.2 - Liberações Ordinárias	7.904,9	8.807,4	9.918,8	11.321,0	9.326,2	12.367,6	11.077,5	12.524,9	10.065,8	14.925,6	12.115,2	16.534,1	11.715,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.653,3	4.247,3	4.020,9	3.995,2	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.672,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	353,1	548,6	773,5	2.710,6	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1
i) Dívida Contratual Interna	223,3	207,0	287,1	224,0	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1
ii) Dívida Contratual Externa	129,8	341,6	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	467,3	1.333,0	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,7
II.2.4 - Custeio e Investimento	1.326,1	2.519,6	2.166,2	2.152,8	2.675,0	3.985,9	3.016,6	3.250,8	3.284,0	3.912,1	3.447,9	6.424,8	2.280,4
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	105,0	158,9	273,8	198,8	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	147,0
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(76,7)	662,4	2.445,2	72,4	(223,3)	(1.362,3)	(1.713,0)	(1.590,5)	385,5	(3.532,6)	516,7	(445,0)	(2.894,4)
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	26.097,4	31.181,1	45.022,3	28.626,7	16.439,7	15.811,7	22.163,8	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	29.103,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.381,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.207,3	1.711,3	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	721,7
V. DESPESAS	21.457,8	27.405,0	36.374,7	26.252,5	22.969,0	17.602,6	19.567,4	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	24.521,8
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	21.104,9	26.631,1	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	22.883,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	353,0	773,9	2.024,9	545,9	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.638,9
V.2.1 - Dívida Interna	296,0	396,4	514,5	279,8	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.557,6
V.2.2 - Dívida Externa	57,0	377,5	1.510,4	266,1	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	2.785,1	2.838,8	7.221,2	(127,9)	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)	(9.300,2)	(4.122,1)	(6.167,5)	(15.824,3)	6.401,2	5.498,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	(3.613,4)	(11.138,2)	787,6	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(11.245,0)
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	949,4	(6.699,7)	11.880,4	(1.482,4)	5.069,2	4.796,4	14.852,1	(1.259,4)	(1.389,2)	(13.091,4)	(5.936,1)	12.765,2	(9.558,3)

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.183,2	2.670,8	4.206,9	6.563,8	25.117,0	12.869,5	18.329,1	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4
I.1. Emissão de Títulos	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5	9.099,6	2.407,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.138,6	947,8	855,3	990,6	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	44,6	39,8	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9
II. DESPESAS NO BACEN	4.800,6	13.809,0	3.419,3	10.492,7	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	14.629,4
II.1. Resgate de Títulos	4.732,3	13.176,7	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	13.842,3
II.2. Encargos da DPMF	68,3	632,3	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,1
III. RESULTADO (I - II)	(3.617,4)	(11.138,2)	787,6	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(11.245,0)

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	6,4	-	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	(6,2)
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	(6,2)	(24,4)
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,3	-
VII. TOTAL	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. DÍVIDA INTERNA	103.405,6	99.625,4	106.171,3	110.799,5	104.762,5	106.491,1	105.926,7	100.978,1	102.723,2	99.908,4	93.658,8	95.985,4	91.650,3
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7
Dívida Bancária	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2
CVS	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1
Certificados de Privatização	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1
INSS	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5
Lei 7.976/89	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3
Bônus Renegociação	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2
Lei 8.727/93	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9
Lei 9.496/97	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5
Recebíveis das Estatais	-21.283,9	-27.365,8	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9
Outros	-21.030,5	-21.248,9	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9
Fat	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2
Demais Entidades	-18.899,3	-18.840,0	-18.806,7	-18.924,7	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.500,9	-22.858,6
Créditos das Operações Oficiais	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.135,9
Arrecadação a Recolher	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-4.486,5	-4.686,2
II. DÍVIDA EXTERNA	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3
Dívida Mobiliária	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3
Títulos Depositados em Garantias	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8
Dívida Contratual	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2
Disponibilidades	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	220.890,6	215.447,6	222.895,9	236.227,3	231.751,4	230.830,1	230.620,9	228.358,6	231.029,3	233.101,4	229.607,1	233.166,3	233.927,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,7%	21,8%	22,4%	23,5%	22,8%	22,4%	22,1%	21,7%	21,8%	21,9%	21,5%	21,7%	21,6%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2
Brazil Investment Bond (BIB)	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6
Interest Due and Unpaid (IDU)	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-
Par Bond (PB)	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	6.415,0	5.866,9
Discount Bond (DB)	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7
Debt Conversion Bond (DCB)	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.468,0	12.568,0
New Money Bond (NMB)	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7
Eligible Interest (EI)	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1
Bônus Samurai	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0
Bônus Global	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.350,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.478,3	1.478,3
Bônus Marco Alemão 2007	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7
Bônus Paralel Franco	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5
Bônus Paralel Florim	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0
Bônus Paralel Xelim	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	257,2	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4
Bônus Global 2027	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9
Bônus EuroIra	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6
Bônus Eurosterling 2007	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1
Bônus Euro 2003	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9
Bônus Global 2008	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5
Bônus Marco Alemão 2008	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9
Bônus Global 2004	5.407,2	5.305,5	5.420,1	5.479,8	5.479,8	5.400,2	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3
Bônus Euro 2002	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0
Bônus Euro 2004	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9
Bônus Global 2009	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2
Bônus Euro 2006	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6
Bônus Euro 2001	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2
Bônus Global 2020	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1
Bônus Euro 2010	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8
Bônus Global 2030	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8
Bônus Samurai 2003	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8
Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)	(4.589,5)	(4.674,9)	(4.686,8)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(807,9)	(785,9)	(812,5)	(824,3)	(835,8)	(949,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)	(986,3)	(938,2)	(911,4)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,1%	11,7%	11,7%	12,5%	12,5%	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,5%	12,7%	12,8%	13,1%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	456.893,7	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	530.605,2
I. Dívida com Mercado	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7
LTN	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8
LFT	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3
LFT-A	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3
LFT-B	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9
LFT-E	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7
NTN-A	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1
NTN-C	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4
NTN-D	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9
NTN-I	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8
NTN-P	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8
NTN-S	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-D	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3
Demais	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4	15.346,0	15.514,8	15.388,1	15.706,9	15.915,0	16.242,3
II. Dívida com BACEN	50.149,3	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	130.646,5
LTN	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	34.546,3
LFT	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3
LFT-A	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7
NTN-A	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9
Demais	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3
III. Títulos em Tesouraria	52.182,1	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	36,4%	36,5%	36,9%	37,2%	37,9%	37,9%	37,6%	37,3%	37,8%	37,8%	37,2%	37,1%	36,9%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2000	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2001
I. INTERNA	-65.827,9	-66.289,6	-66.026,3	-65.964,2	-68.519,7	-69.744,9	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.103,6	-78.333,8
Dívida contratual	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0
FAT	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2
Aplicações financeiras	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8
Fundos Regionais	-11.257,0	-11.474,6	-11.499,6	-11.524,0	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.421,9	-13.696,4
Demais	-6.086,8	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4
II. EXTERNA	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4
Disponibilidades	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-66.635,8	-67.075,5	-66.838,8	-66.788,5	-69.355,5	-70.694,1	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.041,9	-79.245,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,8%	-6,8%	-6,7%	-6,7%	-6,8%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,2%	-7,2%	-7,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em janeiro, foram 16,1% maiores que os valores distribuídos no mês de dezembro/2000. Esse incremento deveu-se, basicamente, à parcela do IRRF- Trabalho Assalariado, recolhido no 3º decêndio de dezembro/00 (base de cálculo da primeira cota dos Fundos de Participação em janeiro de 2001).

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, crescimento nominal de 31,7% e 43,7%.

Em janeiro, as transferências por conta do IPI apresentaram decréscimo de 10,0% em comparação aos valores transferidos no mês de dezembro/2000. Relativamente a janeiro/00, observou-se um aumento nominal de 28,5%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)		VARIACÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/01 DEZ/00	JAN/01 JAN/00
2000	1.314,6	1.491,2	-	-
2001	1.731,7	-	+ 16,1%	+ 31,7%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)		VARIACÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/01 DEZ/00	JAN/01 JAN/00
2000	1.151,3	1.424,9	-	-
2001	1.654,7	-	+ 16,1%	+ 43,7%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

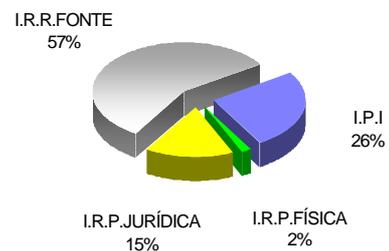
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/01, 19/01 e 30/01**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JAN	+ 6,5 %	+ 16,1 %	+ 6,5 %	+ 16,1 %	- 9,8 %	- 10,0 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em janeiro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

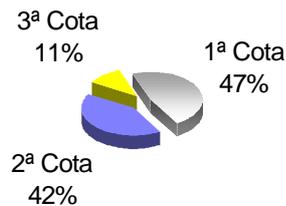
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



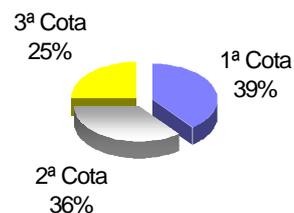
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de dezembro a 20 de janeiro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Dez	609,6	3.011,8	3.621,4						
JAN/2001	1.446,9	6.011,3	7.458,2	JAN/2001	7.696,7	1.406,6	1.472,0	131,7	531,2
1º Dec./Jan.	551,5	2.672,3	3.223,9	3º Dec./Dez.	3.621,4	661,8	692,6	51,8	248,2
2º Dec./Jan.	387,8	463,6	851,4	1º Dec./Jan.	3.223,9	589,2	616,6	46,9	221,0
3º Dec./Jan.	507,5	2.875,4	3.382,9	2º Dec./Jan.	851,4	155,6	162,8	33,0	62,0

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	8.186,97	48.118,33	3,75	9.977,65
AL	35.122,26	58.514,20	51,67	16.909,35
AM	19.649,53	39.248,58	3.065,01	11.385,88
AP	5.644,06	47.991,74	31,45	9.652,67
BA	133.811,33	132.162,95	7.019,11	49.839,18
CE	74.280,60	103.197,71	1.454,11	32.305,50
DF	3.020,64	9.708,06	7,54	2.610,08
ES	26.064,05	21.098,36	6.811,50	11.433,43
GO	54.778,34	39.989,83	827,24	17.467,30
MA	59.432,24	101.528,13	2.000,09	29.509,29
MG	191.604,27	62.655,10	20.109,53	54.194,99
MS	22.466,08	18.735,35	506,33	7.912,92
MT	28.605,97	32.461,94	905,98	11.805,46
PA	53.346,36	85.968,79	6.814,82	27.741,20
PB	47.673,81	67.358,63	291,18	20.479,93
PE (3)	75.620,93	97.055,28	841,52	29.411,48
PI	36.594,73	60.782,97	145,29	17.344,97
PR	100.308,05	40.553,86	12.195,64	31.523,95
RJ	44.755,43	21.487,98	6.737,62	15.504,69
RN	36.575,26	58.764,56	358,38	17.050,03
RO	13.366,37	39.603,03	167,81	9.488,80
RR	5.924,45	34.892,47	5,79	7.221,13
RS	99.826,20	33.121,61	22.059,49	31.825,55
SC	57.874,62	18.001,12	12.798,49	17.256,15
SE	21.326,16	58.446,68	94,24	14.206,32
SP (4)	195.734,15	14.065,57	26.331,39	54.867,78
TO	22.528,74	61.044,59	21,99	14.787,35
TOTAL	1.474.121,59	1.406.557,44	131.656,95	573.713,01

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM	- 16,0%	- 14,0%	+ 20,0%
FPE	- 16,0%	- 14,0%	+ 20,0%
IPI-EXP	+ 1,5%	- 20,0%	+ 28,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 18,0 %
FPE	+ 18,0 %
IPI-EXP	+ 7,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Mar/2000	28/04/00	Ago/2000	27/09/00
Abr/2000	30/05/00	Set/2000	24/10/00
Mai/2000	23/06/00	Out/2000	23/11/00
Jun/2000	28/07/00	Nov/2000	23/12/00
Jul/2000	30/08/00	Dez/2000	21/01/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN

Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126

Email: stndirev@fazenda.gov.br

JANEIRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de janeiro apresentaram crescimento de 8,4% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso o crescimento da parcela do ICMS e dos Fundos de Participação (FPM/FPE).

A complementação da União do mês de janeiro foi creditada aos beneficiários em 07/02/01.

Origens	Dezembro	Partic.	Janeiro	Partic.	Jan/ Dez
FPM	221.815,9	13,8%	257.618,1	14,8%	16,1%
FPE	213.739,7	13,3%	248.216,0	14,3%	16,1%
IPI-EXP	25.818,2	1,6%	23.233,6	1,3%	-10,0%
LC 87/96	29.099,3	1,8%	44.645,3	2,6%	53,4%
LC 102/00					
Compl. União	35.305,1	2,2%	0,0	0,0%	
ICMS	1.077.507,7	67,2%	1.164.392,1	67,0%	8,1%
Total	1.603.285,9	100%	1.738.105,1	100%	8,4%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

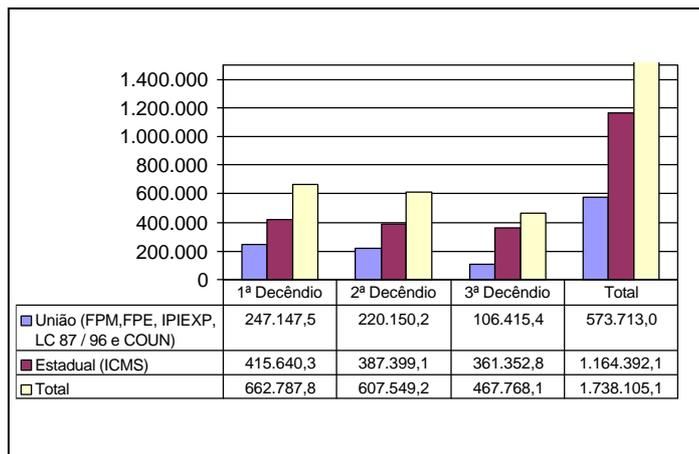
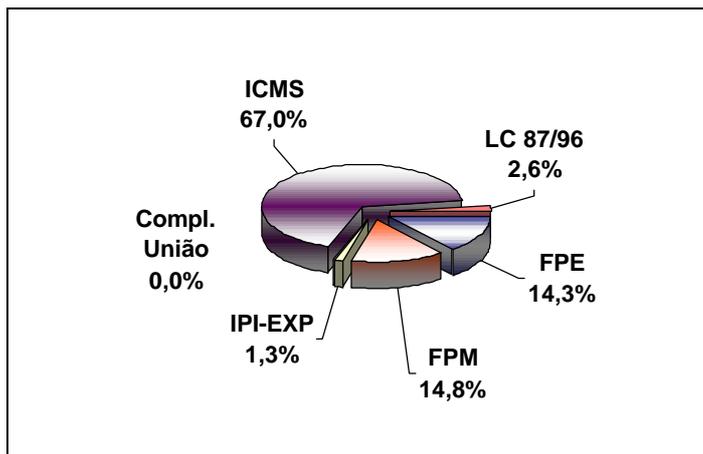
Portaria MF nº 28, de 30 de janeiro de 2001, publicada no D.O.U. de 01.02.2001, que estabelece a estimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2001 dos recursos do FUNDEF.

ESTADOS	R\$ mil												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
ALAGOAS	523,2	523,2	523,2	523,2	523,2	523,2	1.569,6	523,2	523,2	523,2	523,2	2.092,8	8.894,5
BAHIA	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	39.529,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	13.176,4	52.705,9	224.000,1
CEARÁ	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	6.064,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	2.021,5	8.086,0	34.365,7
MARANHÃO	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	30.192,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	10.064,0	40.256,0	171.088,2
PARÁ	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	18.492,6	6.164,2	6.164,2	6.164,2	6.164,2	24.656,8	104.791,4
PARAÍBA	239,8	239,8	239,8	239,8	239,8	239,8	719,4	239,8	239,8	239,8	239,8	959,2	4.076,9
PIAUÍ	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	7.073,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	2.357,9	9.431,8	40.085,5
TOTAL	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	103.641,6	34.547,2	34.547,2	34.547,2	34.547,2	138.188,8	587.302,6

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JANEIRO/2001 (EM R\$)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	8.491,5	1.444,8	0,7	0,0	40,8	1.206,8	11.184,5	81,2	81,2
AL	667.007	10.326,0	6.198,0	9,1	0,0	376,2	8.838,9	25.748,3	38,6	38,6
AM	630.642	6.926,2	3.467,6	540,9	0,0	451,2	19.685,6	31.071,5	49,3	49,3
AP	116.231	8.469,1	996,0	5,6	0,0	182,0	1.621,3	11.273,9	97,0	97,0
BA	3.527.787	23.322,9	23.613,7	1.238,7	0,0	1.663,9	51.992,7	101.831,9	28,9	28,9
CE	1.698.971	18.211,4	13.108,3	256,6	0,0	729,2	30.808,5	63.114,0	37,1	37,1
DF(2)	321.563	1.713,2	533,1	1,3	0,0	362,5	0,0	2.610,1	8,1	8,1
ES	542.389	3.723,2	4.599,5	1.202,0	0,0	1.908,6	24.714,9	36.148,4	66,6	66,6
GO	1.044.232	7.057,0	9.666,8	146,0	0,0	597,5	31.075,9	48.543,2	46,5	46,5
MA	1.544.447	17.916,7	10.488,0	353,0	0,0	751,6	9.963,1	39.472,4	25,6	25,6
MG	3.433.497	11.056,8	33.812,5	3.548,7	0,0	5.777,0	113.696,3	167.891,3	48,9	48,9
MS	420.557	3.306,2	3.964,6	89,4	0,0	552,7	15.264,3	23.177,3	55,1	55,1
MT	576.334	5.728,6	5.048,1	159,9	0,0	868,9	17.422,2	29.227,6	50,7	50,7
PA	1.546.627	15.171,0	9.414,1	1.202,6	0,0	1.953,6	16.875,9	44.617,1	28,8	28,8
PB	814.623	11.886,8	8.413,0	51,4	0,0	128,7	14.823,6	35.303,5	43,3	43,3
PE	1.579.456	17.127,4	11.531,0	148,5	0,0	604,5	29.027,6	58.439,1	37,0	37,0
PI	723.848	10.726,4	6.457,9	25,6	0,0	135,0	6.259,2	23.604,1	32,6	32,6
PR	1.573.083	7.156,6	17.701,4	2.152,2	0,0	4.513,8	46.674,6	78.198,5	49,7	49,7
RJ	2.008.289	3.792,0	7.898,0	1.189,0	0,0	2.625,7	122.925,2	138.429,9	68,9	68,9
RN	594.181	10.370,2	6.454,5	63,2	0,0	162,1	12.330,7	29.380,8	49,4	49,4
RO	301.839	6.988,8	2.358,8	29,6	0,0	111,6	7.560,9	17.049,7	56,5	56,5
RR	78.462	6.157,5	1.045,5	1,0	0,0	17,1	1.599,8	8.820,9	112,4	112,4
RS	1.596.324	5.845,0	17.591,5	3.892,9	0,0	4.496,2	97.966,6	129.792,2	81,3	81,3
SC	908.259	3.176,7	10.213,2	2.258,6	0,0	1.607,8	31.887,3	49.143,4	54,1	54,1
SE	395.309	10.314,1	3.763,4	16,6	0,0	112,1	7.708,6	21.914,9	55,4	55,4
SP	5.486.865	2.482,2	33.859,2	4.646,7	0,0	13.879,7	438.694,5	493.562,3	90,0	90,0
TO	323.383	10.772,6	3.975,7	3,9	0,0	35,2	3.766,9	18.554,3	57,4	57,4
Total	32.591.935	248.216,0	257.618,1	23.233,6	0,0	44.645,3	1.164.392,1	1.738.105,1	53,3	53,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.